

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14791B1C7AA444B**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ
Avenida Luiz Cunha Nogueira, 228 - Centro - CEP 64.995-000
Cristalândia do Piauí - PI; Fone/Fax: (89) 3576 - 1102
CNPJ/MF 06.554.299/0001-02
E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

DECRETO Nº 51/2025, 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de férias coletivas aos servidores da Secretaria Municipal de Educação do Município de Cristalândia do Piauí e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo organizar o funcionamento da Administração Pública Municipal, bem como editar atos normativos necessários ao adequado desempenho das funções dos órgãos e entidades;

CONSIDERANDO que os servidores ocupantes das funções de serviços gerais, merendeiras e vigias têm suas atividades intrinsecamente vinculadas ao funcionamento regular das unidades escolares, uma vez que suas atribuições se relacionam diretamente com a rotina pedagógica e administrativa das escolas;

CONSIDERANDO que, nos períodos de recesso e férias escolares, notadamente nos meses de janeiro e julho, não há atividades pedagógicas, nem circulação de alunos, professores, gestores e equipes administrativas nas escolas municipais, tornando desnecessária a presença contínua dos servidores de apoio nessas unidades;

CONSIDERANDO que a concessão de férias coletivas assegura o alinhamento entre o calendário escolar, as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação e o regime jurídico dos servidores, garantindo a otimização da força de trabalho e a eficiência administrativa (art. 37, caput, CF);

CONSIDERANDO que a legislação vigente permite o parcelamento do período de férias, não havendo impedimento legal para sua concessão em dois períodos anuais, desde que respeitado o mínimo de 14 (quatorze) dias corridos por período, conforme entendimento consolidado na administração pública;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) autoriza a organização do calendário escolar pelo sistema municipal de ensino, o qual pode incluir recessos e períodos de férias coletivas, desde que mantidos os 200 dias letivos e a carga horária mínima anual;

CONSIDERANDO que a adoção de férias coletivas evita a manutenção de servidores ociosos em períodos sem atividade escolar, assegura

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14791B1C7AA444B**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ
Avenida Luiz Cunha Nogueira, 228 - Centro - CEP 64.995-000
Cristalândia do Piauí - PI; Fone/Fax: (89) 3576 - 1102
CNPJ/MF 06.554.299/0001-02
E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

economicidade e racionaliza a gestão administrativa e financeira da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a medida não implica prejuízo funcional aos servidores abrangidos, que continuarão a receber regularmente sua remuneração, férias e o adicional constitucional correspondente, respeitando-se integralmente seus direitos estatutários e trabalhistas;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias coletivas aos servidores lotados nas unidades escolares da rede municipal de ensino, ocupantes das funções de serviços gerais, merendeiras e vigias, sem prejuízo dos direitos funcionais e das respectivas remunerações.

Art. 2º - As férias coletivas serão usufruídas em dois períodos anuais, nos seguintes termos:

- I - 15 (quinze) dias no mês de janeiro de cada ano;
- II - 15 (quinze) dias no mês de julho de cada ano.

Parágrafo único. As datas exatas de início e término de cada período serão definidas e publicadas pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o calendário escolar aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º - Durante os períodos previstos no art. 2º, ficam suspensas as atividades presenciais dos servidores referidos neste decreto, sem prejuízo dos seus direitos estatutários e trabalhistas.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I - Comunicar formalmente às unidades escolares as datas específicas de início e término das férias coletivas;

II - Promover o devido registro nos assentamentos funcionais dos servidores;

III - alinhar o calendário escolar às determinações deste decreto, respeitando o mínimo de 200 dias letivos e a carga horária anual exigida pela LDB.

Art. 5º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas do regime jurídico dos servidores públicos municipais.



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14791B1C7AA444B**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ
Avenida Luiz Cunha Nogueira, 228 - Centro - CEP 64.995-000
Cristalândia do Piauí - PI; Fone/Fax: (89) 3576 - 1102
CNPJ/MF 06.554.299/0001-02
E-mail: prefeituracristalandia@hotmail.com

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cristalândia do Piauí, 09 de dezembro de 2025.

MOISES DA CUNHA
LEMO
FILHO:84678836187

Assinado de forma digital
por MOISES DA CUNHA
LEMO FILHO:84678836187
Dados: 2025.12.09 12:52:46
-03'00'

MOISES DA CUNHA LEMOS FILHOS
PREFEITO MUNICIPAL